

# O Movimento de Reconceitualização

## 40 anos depois\*

José Paulo Netto\*\*

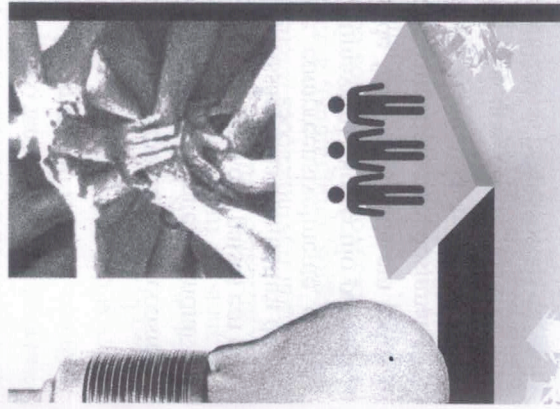
ras do Serviço Social, à importação acrítica de modelos de intervenção, na fesa de um *Serviço Social Latinoamericano* comprometido com um projeto desenvolvimento para o continente.

Tendo como arranque a chamada “geração 65”, o evoluir do movimento i evidenciar, em curto lapso de tempo, a impossibilidade de permanência que a unidade inicial, seja em função das diferenças históricas e sócio-políticas entre os países do continente, seja pela diferenciação das bases teórico-metodológicas e ídeo-políticas que sustentavam as propostas que se adensavam a se confrontar.

A profissão de Serviço Social na contemporaneidade é amplamente adatária do legado da reconceitualização, que neste número da *Revista Serviço Social & Sociedade* é analisada por quatro significativos protagonistas: Norberto Alayón e Nora Aquín da Argentina, José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros do Brasil. Cada um dos autores, a partir da sua história de inserção no movimento e no debate por ele gerado, expressa, através de distintos enfoques e ângulos de abordagem, as múltiplas contribuições que rebatem no Serviço Social os dias atuais.

Integram ainda esta edição da *Revista Serviço Social & Sociedade* outros artigos que trazem ao debate novas temáticas, ao lado de questões persistentes e incidem no âmbito do exercício profissional, tais como a questão da bioética e os direitos reprodutivos, as novas faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, a pobreza e a luta pela sobrevivência dos sujeitos que a enciam.

O conjunto de temas apresentados neste número compõe um rico painel de questões instigantes que, certamente, estimularão a reflexão e o debate profissional, colaborando para que o Serviço Social mantenha vivo o movimento iniciado há quatro décadas com a reconceitualização.



**Resumo:** Na passagem do quadragésimo aniversário da emergência da Reconceitualização, este breve artigo evoca aquele movimento, assinala as condições da sua gênese e resume as suas principais conquistas. Sinalizando a contextualidade política que abortou o desenvolvimento da Reconceitualização, o artigo sublinha a sua relevância para a constituição da vertente crítica e contemporânea do Serviço Social.

**Palavras-chave:** reconceitualização; movimento de reconceitualização; serviço social crítico.

\* Em comemoração aos quarenta anos do surgimento do Movimento de Reconceitualização, publica-se na Argentina, organizado por Norberto Alayón, um volume de textos referidos àquele capítulo da história do Serviço Social (*Trabajo Social Latinoamericano. A 40 años de la Reconceitualización*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 2005). É parte do livro o presente artigo.

\*\* Professor titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**A** Reconceituação, tomada como movimento ou processo que emergiu em 1965, constitui um marco inarredável e incontornável da história do Serviço Social latino-americano. Heterogênea e con-traditória, a Reconceituação, vem, há quarenta anos, despertando paixões e ódios, e a prova cabal da sua relevância nos é oferecida ainda hoje pelo trato que conservadores e reacionários lhe conferem: para tais setores profissionais, aquele capítulo fundamental do Serviço Social deve ser apagado ou, na impossibilidade de fazê-lo, deve ser desqualificado.

Neste brevíssimo artigo não pretendo revisitar a larga documentação que já se acumula sobre a Reconceituação;<sup>1</sup> meu objetivo, recuperando a minha própria contribuição àquela documentação,<sup>2</sup> é bem modesto: propor à reflexão das novas gerações de assistentes sociais, que não tiveram o privilégio de participar daquele processo extraordinariamente rico, uns poucos elementos para a sua compreensão e avaliação.

## A erosão internacional do "Serviço Social tradicional"

A Reconceituação só pode ser adequadamente situada se se considerar que ela se inscreve num processo muito mais amplo, de caráter mundial.

A segunda metade dos anos 1960 marca, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais (e, compreensivelmente, dos discursos teóricos ou pseudoteóricos que as legitimavam). No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como "Serviço Social tradicional": a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da "questão social" sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável.

1. Dada a sua extensão, esta documentação, de qualidade muito diferenciada e que vem sendo produzida especialmente nos centros de pesquisa em nível de pós-graduação, sequer pode ser aludida aqui; mas cabe aduzir que ela propicia hoje uma avaliação segura do processo da Reconceituação.

2. Cf. Netto, in Alayón *et al.* (1976) e ainda Netto (1981, 1991).

As condições históricas que propiciaram (mais: que induziram a) essa crítica, que constituiu um fenômeno internacional,<sup>3</sup> foram, também elas, de magnitude mundial. Trata-se daquelas condições que aparecem sinalizadas na baliza de 1968 — de Berkeley a Paris e à selva boliviana, do movimento nas fábricas do Norte da Itália à ofensiva Tet no Vietnã, das passeatas do Rio de Janeiro às manifestações em Berlim-Oeste, o que saltava à luz do dia era uma crise de fundo da ordem capitalista.

Na raiz dessa crise está o exaurimento de um padrão de desenvolvimento capitalista — o das "ondas longas" de crescimento (Mandel, 1976: I), que vinham seguras desde o segundo pós-guerra, configurando as "três décadas gloriosas" de crescimento e que tiveram no fim dos anos 1960 seu último momento de vigência. O tensionamento das estruturas sociais do mundo capitalista, tanto nas suas áreas centrais quanto periféricas, ganhou uma nova dinâmica e gestou-se um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses imediatos. Registraram-se, então, amplos movimentos para direcionar os ônus da desaceleração do crescimento econômico, mediante as lutas de segmentos trabalhadores e as táticas de reordenação dos recursos das políticas sociais dos Estados burgueses. Em tais movimentos, o conteúdo das demandas econômicas — em função da complexidade e da dife-renciação sociais já presentes nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, nas quais os impactos da revolução científica e técnica se faziam sentir — entrecruza-se e conflui com outras demandas sociais e culturais: começam a se configurar reivindicações referenciadas a categorias específicas (mulheres, jovens, negros, emigrantes), à ambiência social e natural (a cidade, o equipamento coletivo, a defesa dos ecossistemas), a direitos emergentes (ao lazer, ao movimento punham em questão a racionalidade do Estado burguês, suas instituições e, no limite, negavam a ordem burguesa e seu estilo de vida; em todos os casos, recolocavam na agenda as ambivalências da *cidadania* fundada na propriedade (privada) e redimensionavam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas).

Sabemos hoje, corridas quase quatro décadas desde a baliza de 1968, das efetivas ameaças com que então se deparou a ordem do capital e como ela, a

3. Pense-se no debate francês que derivou nos trabalhos do grupo reunido em torno da publicação *Champ Social*, nas primeiras intervenções de Corrigan e Leonard e, nos Estados Unidos, no que depois veio a caracterizar-se como "Serviço Social Radical" (J. Galper).

partir de meados dos anos 1970, reestruturando-se, recompôs-se de forma mais agressiva e brutal, instaurando as bases do período contra-revolucionário em que nos encontramos atualmente, com as lutas dos trabalhadores na defensiva e com a capitulação de intelectuais outrora radicais (Hobsbawm, 1995: partes 2 e 3; Braga, 1996; Mészáros, 2002: cap. 25 e 2004, parte I). Mas o quadro conjuntural balizado por 1968 constituía, em si mesmo, o cenário adequado para fomentar a contestação de práticas profissionais como as do “Serviço Social tradicional”.<sup>4</sup> No caso deste, seu pressuposto visceral, a ordem burguesa como limite da história, foi amplamente questionado; seus *media* privilegiados, as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do *welfare* viram-se em xeque; seu universo ideal, centralizado nos valores pacatos da integração na “sociedade aberta”, apareceu infirmado; sua enganosidade política, formalizada “tecnicamente”, foi rechaçada; e a sua eficácia enquanto intervenção profissional foi negada a partir de seus próprios resultados.

Este inquisitorial ao “Serviço Social tradicional” concretizou-se tanto mais fortemente na medida em que o cenário mencionado permeou o campo profissional por meio de um complexo de mediações cujos principais condutos devem ser listados rapidamente. Em primeiro lugar, a revisão crítica operada nas fronteiras das ciências sociais, culminando com a deslegitimação do que operava como a fundamentação “científica” do Serviço Social: a sociologia e a psicologia acadêmicas.<sup>5</sup> Em segundo lugar, o deslocamento sociopolítico de instituições cujas vinculações com o Serviço Social são notórias: as Igrejas — em especial, mas não exclusivamente, a católica.<sup>6</sup> Em terceiro lugar, o movimento estudantil, cujo protagonismo — em meio às peculiaridades da “rebelião juvenil” — foi decisivo na crítica ao tradicionalismo no Serviço Social.

Na particularidade latino-americana, a Reconceituação expressou a crítica ao “Serviço Social tradicional”.

## A Reconceituação do Serviço Social

Constituinte do processo internacional de crítica ao tradicionalismo profissional, a Reconceituação<sup>7</sup> está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960 — em nosso subcontinente, como observou um dos seus protagonistas, “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (Faleiros, 1987: 51).

Na sua gênese imediata, a Reconceituação foi comandada por uma questão elementar: *qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?* Para além dos condicionalismos que, em todo o mundo, eram próprios dos anos 1960, entre nós, latino-americanos, esta questão era formulada sob condições muito determinadas: a inserção de nossos países na nova divisão internacional de trabalho que então emergia; o colapso, em nossos países, dos pactos políticos que vinham do pós-guerra; o surgimento de novos sujeitos políticos; o impacto da Revolução Cubana; o anêmico reformismo do tipo Aliança para o Progresso. Neste marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social.

Tais indagações minavam as bases tradicionais do Serviço Social. E as primeiras respostas renovadoras permitiram constatar uma espécie de *grande união* contra o tradicionalismo: todos aqueles assistentes sociais que estavam convencidos da necessidade de contribuir profissionalmente para as *mudanças*

7. O marco inicial da Reconceituação foi o “I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social”, realizado em maio de 1965 em Porto Alegre, com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina. O movimento, estimulado posteriormente pelo Instituto de Solidariedade Internacional (agência da Democracia Cristã germânica) desenvolveu-se como tal até meados da década de 1970 quando, dadas as ditaduras implantadas no Cone Sul, faltaram-lhe condições políticas para prosseguir. Deve-se lembrar, contemporânea à Reconceituação, a fundação, em 1965, da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (Alaetss).

4. Pode-se afirmar que então foi afetado praticamente todo o elenco de atividades profissionais que operava tributariamente na reprodução das relações sociais, mas, dados os objetivos deste artigo, referir-me-ei apenas ao Serviço Social.

5. Aos mais jovens certamente escapa a importância então desempenhada, por exemplo, por autores como Charles Wright Mills.

6. No caso da Igreja católica, recorde-se o giro iniciado com João XXIII.

sociais requeridas para superar o quadro do subdesenvolvimento vincularam-se na luta contra o "Serviço Social tradicional". Foi esta *grande união* que marcou os primeiros passos da Reconceituação: uma frente profissional que reunia um largo e heterogêneo leque de assistentes sociais (e não só) interessados em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social.

Esta frente renovadora compunha-se, basicamente, de dois grandes segmentos: um deles apostava numa espécie de *aggiornamento* do Serviço Social, capaz de *modernizá-lo* a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrosocietárias, vinculando-o aos *projetos desenvolvimentistas* de planejamento social; outro, constituído por setores mais jovens e radicalizados, jogava numa inteira *ruptura* com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os *projetos de ultrapassagem das estruturas sociais* de exploração e dominação.<sup>8</sup> Como se vê, os primeiros passos da Reconceituação resultaram de uma espécie de "frente ampla" profissional cortada por diferentes concepções de história, de sociedade e, naturalmente, das *mudanças sociais* em curso à época.

Em pouco tempo, já por volta de 1971-72, a *grande união* se fratura, dividindo-se os seus protagonistas em dois grandes blocos: os reformistas-democratas (rigorosamente desenvolvimentistas) e os radical-democratas (para os quais o desenvolvimento supunha a superação da exploração-dominação nativa e imperialista). Mas esta decisiva diferenciação não pôde se desenvolver: primeiro no Brasil e, em seguida, em todo o Cone Sul (espaço privilegiado de irradiação das propostas renovadoras), as ditaduras patrocinadas pelos Estados Unidos e a serviço das oligarquias derrotaram todas as alternativas democráticas, reformistas e revolucionárias. Em meados dos anos 1970, a renovação profissional materializada na Reconceituação viu-se congelada: seu processo não decorreu por mais de uma década. E seu ocaso não se deveu a qualquer esgotamento ou exaurimento imanente; antes, foi produto da brutal repressão que então se abateu sobre o pensamento crítico latino-americano — não por acaso, muitos dos protagonistas da Reconceituação experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrrossaram as listas dos "desaparecidos" nas ditaduras.

8. Um ensaio que tematizasse as contribuições individuais ao movimento de Reconceituação haveria que analisar o trabalho então desenvolvido, no âmbito do primeiro grupo, por figuras importantes como Ezequiel Ander-Egg, Herman Kruse, Seno Cornely, Maria Lúcia Carvalho da Silva, entre outros; no segundo grupo, caberia evocar o contributo de Vicente de Paula Faleiros, Leila Lima e Bóris A. Lima.

Nos dez anos de efervescência reconceituadora, o movimento expressou também as condições nacionais em que se processava. No Brasil, onde rebate já com a vigência da ditadura implantada em 1964, a renovação (exceto a experiência de que derivou o famoso "Método Belo Horizonte"<sup>9</sup>) traduziu-se especialmente como modernização profissional (Netto, 1991: 151-164); noutros países do Cone Sul, notadamente no Chile e na Argentina (com ressonâncias no Uruguai), e ainda na Venezuela e na Colômbia, ademais das tendências modernizadoras, a Reconceituação desenvolveu alternativas de ruptura com o tradicionalismo nos planos metodológico-interventivo e político-ideológico.

## Conquistas e limites da reconceituação

Mesmo contida e pressionada nos limites de uma década, a Reconceituação marcou indelevelmente o Serviço Social latino-americano. Um sumário balanço do movimento apontaria pelo menos quatro conquistas que, desde então, integraram-se na dinâmica profissional de nossos países:

1. a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana: sabe-se que, entre os assistentes sociais latino-americanos, um ativo intercâmbio veio ocorrendo desde 1940; esta interação, todavia, realizava-se notadamente sob a inspiração de instituições confessionais que instrumentalizavam o Serviço Social ou, a partir de 1950, sob a tutela de organismos manipulados pelos Estados Unidos, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) (cf. Castro, 1984); com a Reconceituação se pôe na ordem do dia um intercâmbio e uma interação profissional diferentes, apoiados no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma articulação profissional continental que respondesse às problemáticas comuns da América Latina, uma unidade construída autonomamente, sem as tutelas confessionais ou imperia-listas. Em poucas palavras, a continentalidade reivindicada era a de Martí e Vasconcelos, não a de Monroe ou Roosevelt;
2. a explicitação da dimensão política da ação profissional: como toda expressão conservadora, o tradicionalismo do Serviço Social ocultava

9. Realizada na Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais, na entrada dos anos 1970. Sobre o "Método Belo Horizonte", cf. Santos (1985) e Netto (1991: 276-89).

va a dimensão política da ação profissional numa pretensa assepsia ideológica. O tradicionalismo profissional foi, sempre, visceralmente político, tão visceral quanto inconfessado. Coube à Reconceituação, desde os seus primeiros passos, trazer à luz do dia a dimensão política que é constitutiva de qualquer intervenção social; e porque em geral o fez pela *esquerda*, o tradicionalismo — que *jamaiz recusara a política pela direita* — combateu-a incansavelmente;

3. *a interlocução crítica com as ciências sociais*: o “Serviço Social tradicional” construía-se como um receptáculo passivo, um vazadouro acrífico dos produtos das ciências sociais acadêmicas (notadamente norte-americanas); a Reconceituação, incorporando a crítica do tradicionalismo, lançou as bases para uma *nova interlocução* do Serviço Social com as ciências sociais, abrindo-se a novos fluxos (inclusive da tradição marxista) e sintonizando-se com tendências diversificadas do pensamento social então contemporâneo;

4. *a inauguração do pluralismo profissional*: o monolitismo próprio do tradicionalismo foi subvertido pela Reconceituação — com ela, rompeu-se o viés segundo o qual a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas. A Reconceituação concedeu carta de cidadania a diferentes concepções acerca da natureza, do objeto, das funções, dos objetivos e das práticas do Serviço Social, inclusive como resultado do recurso a diversificadas matrizes teórico-metodológicas.

A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: *o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo* (quase sempre um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microsocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto *intelectual* do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da *pesquisa* como atributo também do Serviço Social), a Reconceituação assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais “da prática”).

O mesmo sumário balanço da Reconceituação há de salientar que, como todo movimento seminal e instaurador, ela comportou equívocos e descaminhos. Entre eles, caberia destacar:

1. a correta denúncia do *conservadorismo* próprio do tradicionalismo, disfarçado em “apoliticismo” conduziu, muitas vezes, a um ativismo político que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militatismo — de onde, por vezes, a hipostasia das dimensões políticas do exercício profissional, posto então como um ofício heróico e/ou messiânico;
2. a recusa às “teorias importadas” (resposta, num primeiro momento, ao hegemonismo das ciências sociais acadêmicas norte-americanas) derivou numa relativização da universalidade teórica que, no limite, infirmava a validade da teorização produzida noutras latitudes, redundando na valorização da produção teórica “autóctone”, presumidamente mais “adequada” às nossas particularidades histórico-sociais;
3. o *confusionismo ideológico*, que procurava “sintetizar” as inquietudes da esquerda cristã e das novas gerações revolucionárias “não-ortodoxas” e “não-tradicionais” (uma vez que, na generalidade dos casos, a esquerda “tradicional” ou “ortodoxa”, quase sempre conotada pela pertinência aos Partidos Comunistas latino-americanos, pouco participou do processo), acabou por engendrar a eclética mistura de Camilo Torres, Guevara e Paulo Freire com Louis Althusser e Mao Tse-Tung. Curiosa e paradoxalmente, a Reconceituação, que abriu o diálogo do Serviço Social com a tradição marxista, recolheu desta, quase sempre, o que nela havia de menos vivo e criativo.<sup>10</sup>

Outras conquistas e outras mazelas certamente seriam localizáveis na herança da Reconceituação. Todas, contudo, poderiam eventualmente ser aprofundadas e retificadas se ela houvesse contado com condições históricas e políticas de um desenvolvimento mais amplo, estendendo as suas experiências e submetendo-se à crítica pública e franca. Mas os rumos da história latino-americana, tal como se desenharam em meados dos anos 1970, impediram aquele desenvolvimento — e a Reconceituação permaneceu como um capítulo inconcluso.

10. Sobre a interlocução entre Serviço Social e tradição marxista, ver Netto (1989).

## Inconclusividade e transitividade da Reconceituação

A Reconceituação permaneceu como um capítulo inconcluso: asfixiada pela maré montante das ditaduras latino-americanas, não pôde avançar e sua memória também foi diminuída, contida em experiências acadêmicas<sup>11</sup> e na biografia daqueles que a protagonizaram. Recuperar esta memória — mais exatamente, a história da Reconceituação — é tarefa inadiável: tal recuperação, operada criticamente, permitirá às novas gerações de profissionais distinguir o que, na Reconceituação, foi mero acidente conjuntural daquilo que ela trouxe de sólido e duradouro para o desenvolvimento profissional.

E esta tarefa é tanto mais significativa porquanto um dos traços mais salientes do último ciclo ditatorial no Cone Sul foi a tentativa sistemática de apagar, na história recente, tudo aquilo que trazia marcas de democratização e projetos societários avançados. Ainda que de forma limitada, é preciso reconhecê-lo, nossas ditaduras tiveram êxito: quando foram obrigadas a deixar a cena, já haviam produzido uma desmemória significativa. E se agregarmos a essa relativa amnésia coletiva os anos mais recentes, de ofensiva neoliberal e retórica pós-moderna, defrontamo-nos com o quadro do *presentismo pragmático*, que impede a consideração da história e suas lições. Esse *presentismo pragmático* pode fazer com que as novas gerações de profissionais reincidam em equívocos que foram próprios da conjuntura em que emergiu a Reconceituação — por exemplo, o militantismo e o messianismo; pode fazer, ainda, com que sugestões e indicações explicáveis no passado sejam injustificadamente retomadas no presente.<sup>12</sup>

Retomemos a argumentação: na medida em que os espaços democráticos foram praticamente suprimidos em países-chave da nossa América, a Reconceituação não pôde desenvolver suas possibilidades concretas e seus limites

11. Sabe-se que, na maioria dos países latino-americanos que a experimentaram, a Reconceituação teve por *locus* privilegiado as escolas e faculdades — o que é perfeitamente compreensível: cabe precisamente ao espaço acadêmico a *pesquisa* de que derivam a inovação e a criatividade. Articulada ao *ensino* e à *extensão*, a pesquisa coletiviza seus resultados com a sociedade e o corpo profissional pertinente; precisamente o aprofundamento da pesquisa e a coletivização foi coartado pelos processos ditatoriais que se instauraram no Cone Sul.

12. Quando, em 1988, companheiros do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats) formularam a proposta de um “Serviço Social Alternativo”, Marilda Iamamoto e eu a ela nos opusemos precisamente porque pareceu-nos que reiterava dilemas de que enfermara precisamente a Reconceituação. O texto que produzimos em 1989, “Serviço Social Alternativo”: elementos para a sua problematização”, encontra-se acessível em Iamamoto (1992: 131-58).

eventuais — neste sentido, manteve-se como um capítulo inconcluso de nossa história profissional. Mas esta inconclusividade não fez do movimento algo intransitivo, que não remeteria mais que a si mesmo. Ao contrário, durante mais de dez anos, na sequência da década de 1970, a parte mais significativa do espírito renovador da Reconceituação, processado criticamente, alimentou o que houve de mais avançado no processo profissional latino-americano.

Refiro-me às atividades desenvolvidas, a partir de meados dos anos setenta e praticamente até o fim da década de 1980, pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats). Reunidos em Lima, assistentes sociais latino-americanos — e numa experiência de colaboração profissional com sociólogos, psicólogos, educadores — promoveram investigações, seminários e colóquios, publicações e ações de educação à distância que contribuíram para inaustrar um novo momento no processo de autoconsciência da profissão na América Latina. Entre as várias realizações que devem ser creditadas ao Celats, para além de uma intensa atividade editorial,<sup>13</sup> duas merecem especial destaque: a primeira, um projeto sobre as alternativas da organização dos assistentes sociais em escala continental, foi absolutamente central para indicar caminhos ao associacionismo profissional em muitos países; a segunda, o fomento à investigação acerca da história do Serviço Social na América Latina, resultou em obras que permanecem, até hoje, como referências.<sup>14</sup>

A experiência do Celats, esgotada já na abertura da última década do século passado, prova cabalmente que a Reconceituação, inconclusa, foi transitiva: viabilizou, com sua crítica e sua denúncia, o trânsito do “Serviço Social tradicional” ao que, na linguagem do Celats, haveria de constituir o “Serviço Social crítico”.<sup>15</sup>

## O Brasil e a Reconceituação

No Brasil, um movimento cívico-militar reacionário abertamente apoiado pelos Estados Unidos derruba, em 1º de abril de 1964, o governo constitu-

13. O periódico editado pelo Celats, *Acción crítica*, merece hoje uma leitura crítica, que haveria de mostrar a sensibilidade da instituição às temáticas emergentes no Serviço Social e comprovar o seu pioneirismo; aliás, a importância do próprio Celats reclama um estudo detalhado do seu protagonismo no Serviço Social latino-americano.

14. Refiro-me aos trabalhos de Maguina (1979), Iamamoto & Carvalho (1982) e Castro (1984).

15. A expressão aparece várias vezes em Vv. Aa. (1983).

cional de João Goulart, político democrata e progressista comprometido com um projeto nacional-desenvolvimentista. A ditadura implantada em 1964 perduraria por longos vinte anos, experimentando metamorfoses em 1968, quando implementa um eficiente terrorismo de Estado, e em 1974, quando, derrotada em eleições que tiveram caráter plebiscitário e assistindo ao fracasso de seu “modelo econômico”, começa a desenvolver um projeto de auto-reforma que se viu frustrado pela dinâmica que o movimento democrático adquiriu com a reinserção da classe operária na cena política.<sup>16</sup>

Representando os interesses do grande capital monopolista nativo e estrangeiro (particularmente o norte-americano), a ditadura brasileira deixou uma herança desastrosa para a massa da população — herança que até hoje hipoteca e compromete os rumos da sociedade brasileira. Porém, à diferença de outros regimes ditatoriais do Cone Sul, a brutal dominação burguesa no Brasil realizou uma “modernização conservadora” que estimulou o desenvolvimento das forças produtivas e, entre outras implicações deste processo, fomentou o crescimento de instituições de ensino e pesquisa a ele funcionais. Por isto, quando da sua derrota política em 1984-1985, o país dispunha do oitavo parque industrial do mundo ocidental e de um sistema universitário que, a par do seu assombroso elitismo, operava em contados centros com expressivos padrões de qualidade acadêmica (dos quais um índice era o nível da pós-graduação).

Estas rápidas observações são necessárias para compreender por que, no Brasil, os impactos da Reconceituação foram peculiares. Já assinalamos que, no lapso temporal próprio da Reconceituação, 1965-1975, a renovação do Serviço Social brasileiro — com a exceção expressa da experiência de Belo Horizonte — praticamente reduziu-se à incorporação de vetores desenvolvimentistas. Com efeito, o deslocamento do “Serviço Social tradicional” por este viés desenvolvimentista-modernizante tornou compatível a renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial e permitiu a consolidação de um perfil profissional bastante diverso do tradicionalismo. É no interior desta tendência (cujos parâmetros teóricos e técnicos são visíveis na documen-

16. Uma história da ditadura brasileira e da resistência a ela, de boa qualidade, ainda que em tom jornalístico, está em curso de publicação (Gaspari, 2002a e b, 2003 e 2004); uma aproximação global confiável encontra-se em Moreira Alves (1987); uma análise marxista está desenvolvida em Netto (1991: cap. 1).

tação oriunda do “Seminário de Teresópolis”, realizado em janeiro de 1970<sup>17</sup>) que se destacará o conjunto de escritos de José Lucena Dantas, talvez o mais dotado pensador da “modernização conservadora” do Serviço Social brasileiro (Netto, 1991: 180-6).

É somente a partir da segunda metade dos anos setenta, quando a ditadura começa a experimentar a sua erosão, que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na Reconceituação, apontavam para uma crítica radical do tradicionalismo — e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria profissional.<sup>18</sup> A passagem dos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados *novos sujeitos sociais*, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. E estes assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No primeiro deles, em pouco tempo fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional;<sup>19</sup> quanto à formação acadêmica, instituiu-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós-graduação (mestrado e doutorado).

Integrado no sistema universitário em todos os níveis, nos anos 1980 o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituiu a partir do espírito próprio da Reconceituação. Não se tratou de uma simples continuidade das idéias reconceituadas, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceitua-

17. Nas décadas de 1960 e 1970, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) promoveu vários “seminários de teorização do Serviço Social” (Araxá, Teresópolis, Sumaré); parte da sua documentação encontra-se disponível em CBCISS (1986).

18. É emblemático, a este respeito, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (São Paulo, 1979); neste evento, as correntes profissionais que faziam a crítica da ditadura não só conseguiram se expressar, como, sobretudo, afirmaram-se como vanguardas do corpo profissional.

19. Esta série de encontros nacionais, iniciada em 1974, não foi interrompida: em outubro de 2004 realizou-se, em Fortaleza (CE), o XI CBAS, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

ção — por isto é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como herdeiro do *espírito* da Reconceitualização: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa.

É precisamente este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas.<sup>20</sup> É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional (resultado do forte investimento na pesquisa), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela sua intervenção política.<sup>21</sup> É este “Serviço Social crítico”, ele mesmo diferenciado, marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural que, no Brasil contemporâneo, expressa o *espírito* da Reconceitualização e não há nenhum exágero em afirmar que, sem o movimento dos anos 1960/1970, tal Serviço Social não existiria.<sup>22</sup>

A existência deste “Serviço Social crítico” — que hoje implementa o chamado *projeto ético-político* — é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceitualização como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo; é a prova de que, quarenta anos depois, a Reconceitualização continua viva.

20. Na passagem dos anos 1980 aos 1990, quando se tratava de regulamentar dispositivos da Constituição Federal de 1988, vanguardas da categoria profissional tiveram intenso protagonismo no debate e na formulação da Lei Orgânica da Assistência Social.

21. É impossível, num texto como este, relacionar os principais sujeitos deste processo. *Apenas a título indicativo e omitindo nomes expressivos*, lembre-se: no domínio da teorização profissional, Marilda Iamamoto; no debate das políticas sociais, Vicente de Paula Faleiros, Potyara Amazonaida e Aldatza Sposati; no debate profissional no campo da saúde, Maria Inês Souza Bravo e Ana Maria Vasconcelos; no debate profissional na área do trabalho e da seguridade social, Ana Elizabete Mota; no debate profissional da assistência, Maria Carmelita Yasbek. Destacam-se também por suas contribuições ao debate profissional: Elaine Behring, Ivete Semionatto, Lúcia Barroco, Carlos Montañó, Franci G. Cardoso, Marina Maciel, Lúcia Freire, Rachel Raichelis, Maria Lúcia Martinelli, Yolanda Guerra, entre muitos outros nomes significativos.

22. Seria um equívoco imaginar que este “Serviço Social crítico” é a expressão de *todo* o Serviço Social no Brasil. O panorama profissional brasileiro é muito diversificado, contando com tendências conservadoras (em algumas dimensões, reacionárias) e neoconservadoras. Nos últimos anos, de maré montante neoliberal, estas tendências vêm sendo muito estimuladas, especialmente com a escandalosa proliferação de cursos acadêmicos vinculados à chamada “iniciativa privada” (as universidades particulares e empresariais).

**Abstract:** Forty years later of the Reconceptualising movement has started, this brief article deals with that movement, points out the conditions of its beginning and resume its more important achievements. This study shows the political context which blocked the development of the Reconceptualizing, it emphasizes the relevance of that movement to the constitution of the critical and contemporary side of the Social Work.

**Keywords:** reconceptualising movement; critical social work.

## Bibliografia

- ALAYÓN, N. et al. *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires, Humanitas, 1976.
- BRAGA, R. *A restauração do capital. Um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo, Cortez/Celats, 1984.
- FALEIROS, V. P. “Confrontos teóricos do movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina”. *Serviço Social & Sociedade*, n. 24, ano VIII. São Paulo, Cortez, ago. 1987.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada. As ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada. As ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002b.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada. O sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura encurralada. O sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez/Celats, 1982.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos*. São Paulo, Cortez, 1992.
- MAGUIÑA, A. *Desarrollo capitalista y trabajo social*. Perú, 1896-1979. Lima, CELATS, 1979.
- MANDEL, E. *Le troisième âge du capitalisme*. Paris, UGE, I, 1976.